

ESCRavidÃO, MISTURA RACIAL E ÉTNICA E HIERARQUIAS NO BRASIL

*Marinelma Costa Meireles*¹

Resumo: Este artigo objetiva discutir como as identidades de escravos e de seus descendentes foram construídas nos meandros do tráfico negreiro e para além dele. Assim, discute como aspectos relacionados à raça, à etnia, à origem, à ocupação e à condição jurídica estabeleceram hierarquias e determinaram espaços na sociedade escravista a partir dos discursos das elites letradas.

Palavras-chave: Escravo; Hierarquias; Brasil

Résumé: Cet article vise à examiner comment l'identité des esclaves et leurs descendants ont été construits dans les complexités de la traite négrière et au-delà. Ainsi, explique comment les aspects de la race, l'ethnie, l'origine, le métier et le statut juridique mis en place des hiérarchies et déterminés des espaces dans la société esclavagiste à travers le discours des élites instruites.

Mots-clé: Esclave; Hierarchies; Brésil.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de Brasília – UnB; Professora de História da rede pública de ensino do Maranhão. Contato com a autora: marinelmameireles@hotmail.com

Nos estudos sobre a formação do Brasil a escravidão tem sido abordada sob perspectivas diferenciadas, resultando em importantíssimos trabalhos que evidenciam que as problematizações acerca desse tema não estão exauridas. Encontra-se, assim, uma ampla produção bibliográfica que pode ser justificada, de certo modo, pelo fato de a escravidão ter sido o pilar de sustentação do Brasil Colonial e Imperial.²

Isso remete ao fluxo intenso do comércio escravo que abasteceu os portos brasileiros por alguns séculos. Portanto, a presença de africanos e de seus descendentes, envolvidos nas mais variadas atividades, foi comum nos diversos cenários da escravidão no Brasil. Tal presença, todavia, salienta questões complexas que enredaram os discursos das elites letradas, cujas preocupações com os “rumos da nação” balizaram contendas sobre a própria escravidão, a origem dos escravos, raça, etnias e as hierarquias criadas, fatores determinantes para o estabelecimento de graus de diferenciação e de ocupação de espaços na sociedade brasileira.

Este texto objetiva discutir como as identidades de escravos africanos e de seus descendentes foram gestadas nas teias do comércio escravo e no cotidiano da sociedade brasileira. Partindo da discussão acerca do redimensionamento dos estudos sobre a escravidão, onde são consideradas as vivências escravas para adentrar espaços de ação do cativo como sujeito histórico; na tentativa de identificar tais atores, chega-se ao problema das denominações imprecisas, com ênfase no dualismo “bantos e sudaneses” que permeou muitos estudos sobre a formação étnica do Brasil, e a esses povos foi associada a origem dos escravos trazidos para esta margem do Atlântico.

É inegável que o Brasil recebeu um grande contingente de africanos durante o período de vigência do tráfico de escravos, entre os séculos de XVI e XIX, como já foi dito. Todavia, os números desse comércio são difíceis de calcular, porém as estimativas variam entre três e seis milhões de cativos. A demanda por esse tipo de mão-de-obra veio inicialmente atender às lavouras de cana-de-açúcar das regiões de Pernambuco, da Bahia e do

² É importante destacar aqui algumas obras que embasam essa assertiva, evidentemente existem outros autores, cujos trabalhos enriquecem o tema, contudo, para este texto as referências que seguem contemplam a discussão: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34ª Edição. Editora Record: Rio de Janeiro - São Paulo, 1998. Essa clássica obra de Gilberto Freyre teve sua primeira edição publicada em 1933 e a mais recente, 50ª edição, em 2005. Casa Grande & Senzala é considerada um marco dos estudos sobre a formação do Brasil. TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen: The Negro in the Americas*. New York: A A Knopf, 1947; CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Ensaios de Interpretação Sociológica. Vol. 1. FFCL/USP. São Paulo, 1964.

Rio de Janeiro, entre os séculos XVI e XVII; no século seguinte o ouro, em Minas Gerais principalmente, gerou um aumento da demanda. Essas são questões pontuais em diversos estudos sobre a escravidão no país.³

Nas duas últimas décadas os temas ligados à escravidão, em especial àqueles relacionados às agências e identidades dos sujeitos escravizados, vêm sendo tratado à luz das especificidades de cada região, a fim de localizar e identificar, em distintos espaços da América portuguesa, experiências decorrentes de (re)invenções e de (re)interpretações culturais africanas no Brasil.

Esse redimensionamento nas abordagens historiográficas da escravidão ampliou o campo de análise do historiador, pois possibilitou o diálogo com outras fontes e métodos, mostrando o escravo além da concepção de anomia social, da situação que o contrapunha ao senhor - das discussões acerca da idéia de acomodação e resistência – para desvelá-lo como sujeito histórico, atribuindo-lhe identidade e agência, em meio às complexas redes do tráfico e da escravidão, conforme pode ser observado nos estudos de João José Reis & Eduardo Silva (1989), Sidney Chalhoub (1989), Maria Inês Côrtes de Oliveira (1992), Silvia Hunold Lara (1995), Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), Robert Slenes (1999), Mariza de Carvalho Soares (2000), para citar alguns.

Sob tal perspectiva, Gomes (2003:17) salienta:

Procurou-se, enfim, resgatar as vivências escravas e, portanto, os cativos como agentes transformadores das sociedades escravistas, recuperando, nos seus comportamentos históricos, ações e agenciamentos em busca de espaços de autonomia e a gestação de uma comunidade escrava autônoma, com cultura e sentido político próprio. (...) o que esses estudos mais recentes apontaram, em termos gerais, foi que os cativos recriaram estratégias originais de sobrevivência, agenciamentos e enfrentamentos às políticas de

³ Para conhecer mais sobre o tema conferir: CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo, 1939; CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1935; RAMOS, Artur. *As Culturas Negras do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937; SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil, 1500/1820*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937; TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo, 1941; CURTIN, Philip D. *Atlantic Slave Trade: A Census (the)*. Madison: Univ. Wisconsin Press, 1969; GOULART, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil – Das Origens à Extinção do Tráfico*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975; PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. [1ª ed. 1942] São Paulo: Brasiliense, 1977; MATTOSO, Kátia de Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997; SCHWARTZ, Stuart. LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

dominação senhoriais, forjando uma comunidade escrava que possuía suas próprias lógicas.

Os critérios utilizados para identificar e denominar esses sujeitos variaram bastante ao longo dos anos e as identidades escravas foram comumente alinhadas em torno de designações imprecisas, ligadas a nomes de regiões, de portos, da junção de grupos étnicos e etc. Desse modo, às denominações dos escravos africanos, como produtos do tráfico, associam-se várias determinantes, entre as quais, a própria geografia desse comércio. É assim, por exemplo, que a Guiné, que vai se estendendo ao longo da costa africana, conforme o fluxo da expansão marítima, aparece na literatura do tráfico como referência para designar o africano como ‘escravo da guiné’ e, igualmente, ‘gentio da guiné’.

Cumprir esclarecer que o termo Guiné está relacionado a um quadro mais amplo que envolve o tráfico de escravos, o de mercadorias e a própria colonização, além de descortinar um universo cultural moderno, ligado à conquista da África e do Novo Mundo, e à integração da Guiné ao universo cognoscitivo europeu. ‘Mas que qualquer outra parte do mundo a Guiné é o lugar dos tempos modernos. É na exploração de suas terras e de seus mares que os portugueses constroem a modernidade ibérica’. (SOARES, 2000:72).

Há que se ressaltar ainda que o significado de expressões como ‘escravo da guiné’ ou ‘gentio da guiné’ não está associado somente à origem dos indivíduos, conferia-lhes também o peso da condição de escravo:

Mais do que registro de procedência, estas expressões queriam significar a condição mesma de escravo na linguagem corrente da época, visto que o uso dessas expressões já havia sido generalizado em Portugal desde o final do século anterior, quando o tráfico de escravos começou a se transformar na mais potente empresa comercial daquele país (OLIVEIRA, 1997:37).

Observando-se o sistema de classificação e organização dos escravos africanos no Brasil sob o critério da procedência, vê-se que as denominações foram conferidas por meio de palavras específicas como “gentio” e “nação”. Pelo que se observa o uso do termo ‘gentio’ coexistiu com o do termo ‘nação’, mas com sentidos distintos. Enquanto o primeiro foi utilizado igualmente para identificar o indígena e tanto para este quanto para o africano relacionava-se ao indivíduo pagão (Cf: AURÉLIO, 1999). O termo nação foi associado a qualquer conjunto de povos, infiéis ou cristãos, com o qual os portugueses mantiveram relações no processo de expansão colonial (SOARES, 2000:79).

Vários estudiosos chamam a atenção para o problema das designações imprecisas, utilizadas de forma genérica como identificadoras de escravos. Essas designações se apresentam como uma mistura de referências relacionadas a portos ou termos específicos, vinculadas às áreas de origem (...), que provavelmente juntavam dois ou mais grupos étnicos em um mesmo nome genérico. As ‘nações’ podiam resultar, dessa maneira, do nome de uma entidade política (um reino), de uma língua comum a vários grupos étnicos ou simplesmente de um porto de embarque no litoral africano (KARASCH, 2000:130; RUSSELL-WOOD, 2001:12; ASSUNÇÃO, 2000).

No Brasil tem sido bastante problemático buscar as origens africanas dos escravos e de seus descendentes, visto que os termos/designações utilizados para identificá-los são, às vezes, generalizantes e equivocadamente aplicados, ou específicos de determinados espaços e temporalidades. O termo que identifica um grupo ‘mina’ no Rio de Janeiro, por exemplo, não é necessariamente idêntico ao designado ‘mina’ na Bahia, em Pernambuco ou no Maranhão. Um grupo denominado Mina no Rio de Janeiro do século XVIII pode ser diferente de outro grupo Mina encontrado na mesma região no século XIX, afirma Mariza Soares (2000:116).

Essa autora adota o conceito de grupo de procedência para identificar africanos da nação mina no Rio de Janeiro. Assim, parte do pressuposto de que a cultura está sujeita a constantes processos de apropriações, e focaliza para as formas de organização desses indivíduos em novos grupos nos locais onde eles se estabeleceram, ou seja, na relação do escravo com a sociedade na qual ele está inserido (SOARES, 2000:116).

Outro ponto a ser salientado em relação à origem dos africanos trazidos para o Brasil diz respeito aos critérios pejorativos postulados sob a égide de uma suposta inferioridade dos povos da África Central. Nessa situação, as diferenças entre grupos/etnias/nações adquirem outro significado, passando a ser tratadas em termos da ‘heterogeneidade’ dos cativos, e também das identidades escravas, como construções do tráfico e como apropriações dos próprios africanos escravizados.

Assim, os primeiros estudos sobre a formação étnica do Brasil tenderam a considerar a influência de dois grupos específicos de origem africana na composição étnica do Brasil, ter-se-iam, grosso modo, sudaneses para a Bahia, indicando a influência da África Ocidental e para as demais áreas do país, os bantos, influência da África Central.

Essa divisão, aparentemente simplista, entre bantos e sudaneses, porém, bastante divulgada e ainda encontrada em estudos recentes,⁴ está, de certo modo, relacionada a um universo mais amplo, fortemente influenciado pelo pensamento predominante no meio científico da época, cujas teorias propagadas sustentaram uma hierarquização entre os povos.

No Brasil, assim como em outras colônias americanas, a presença dos africanos foi abordada primeiramente em termos das diferenças intrínsecas, no que concerne aos costumes dos diferentes povos que migraram compulsoriamente para o Novo Mundo (CAPONE, 2000:55-56). Sob tutela das leis evolucionistas, essas diferenças, foram tratadas a partir de supostos graus de desenvolvimento de cada povo, estabelecendo hierarquias entre eles, de acordo com suas características físicas, para em seguida analisar suas qualidades morais (CAPONE, 2000:56).

Antes de entrarmos na discussão sobre como as diferenças entre os africanos (escravos/libertos) foi abordada no Brasil, faz-se necessário tecer breves comentários a respeito dos conceitos de raça e etnia. O entendimento sobre a definição de raça que permeou os estudos sobre a formação brasileira recebeu influência das teorias raciais da Europa do século XIX. Assim, atribuiu-se um sentido morfo-biológico para o conceito de raça considerando a existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (MUNANGA, 2004: 12; SCHWARCZ, 1993: 47). Já o conceito de etnia foi balizado em termos das dimensões socioculturais e históricas envolvendo determinados grupos em torno de uma referência comum, que pode ser a ancestralidade, a língua, a religião ou a uma região (MUNANGA, 2004:12).

Para este artigo as referências à raça serão feitas quando tratarmos especificamente da influência do pensamento científico europeu nos estudos brasileiros, e à etnia quando falarmos das designações/procedências de escravos no tráfico e para além dele, ou seja, nos grupos organizados nas redes da escravidão.

As pesquisas brasileiras do século XIX tiveram forte influência do pensamento de M. d'Avezac, cuja obra denominada *Esquisse Générale de l'Afrique et l'Afrique Ancienne*

⁴ Sobre essa questão ver os seguintes trabalhos: SOARES, Mariza de Carvalho. 'Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista. Tempo. Vol. 3 – nº 6. Dezembro de 1998, onde a autora considera que ao retomarem a questão das procedências africanas, historiadores contemporâneos ainda tendem a se alinhar as duas correntes de pensamento abertas por Nina Rodrigues e Sílvio Romero; REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades Negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, São Paulo, 2005, que alerta sobre referências recentes e essa divisão 'como se os africanos estivessem colocados em dois compartimentos estanques e limítrofes para os pesquisadores – os povos do oeste africano (iorubas) na Bahia e os bantos no resto do Brasil'.

apresentou uma subdivisão tríplice para cada uma das três raças humanas (brancos, negros e amarelos) (M. D'AVEZAC *apud* CAPONE, 2000:56).⁵ Baseado nessa divisão e nos escritos bíblicos, M. D'Avezac sugeriu para os negros uma hierarquização que, no sentido descendente, parte do negro africano do norte das bordas do Mediterrâneo – o tipo mais elevado – aos papuas da Oceania – o subtipo; e o grupo inferior ou aberrante representado pelos hotentotes e cafres (*apud* REGINALDO, 2005:168). Nesse contexto hierárquico, os bantos e os grupos a eles assemelhados, como os hotentotes, ocupariam o último degrau da escala evolutiva.

Nos relatos de vários viajantes que estiveram em terras brasileiras há fortes implicações dessas teorias raciais. Aplicadas ao contexto local, tais teorias davam conta da inviabilidade de uma nação composta por raças mistas (SCHWARCZ, 1993:36); foi assim, por exemplo, que Louis Agassiz ao se deparar com a “mistura” tão forte em nossa sociedade esboçou a sua preocupação:

Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (*apud* SCHWARCZ, 1993: 13).

A conjuntura interna do Brasil favoreceu a acolhida das teorias raciais propagadas na Europa. Vivia-se um cenário de significativas mudanças entre os anos de 1870 e 1930, a escravidão dava seus últimos suspiros, havia a influência do ideário positivo-evolucionista, o novo projeto político para o país, o fortalecimento de centros de ensino como museus etnográficos, faculdades (direito e medicina), enfim, tinha-se um ambiente favorável e tais teorias apareciam como modelo teórico viável para o novo cenário que se estruturava (Cf: SCHWARCZ, 1993).

Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta

⁵ O trabalho de M. d'Avezac - então Vice-Presidente da Sociedade Etnológica de Paris e membro das Sociedades Geográficas de Paris, Londres e Frankfurt - está inscrito no debate fundamental do século XIX sobre a multiplicidade das raças humanas. Esse autor, face aos defensores da unidade da raça humana, argumenta que na Bíblia há referência a três grandes ramos da raça branca. Para defender suas idéias M. d'Avezac se apóia nos estudos do zoologista inglês Swain sobre a subdivisão das três raças humanas em subgrupos. Esses subgrupos seriam divididos internamente de forma tríplice também, como na divisão principal apresentando um tipo, um subtipo e um grupo aberrante ou menos desenvolvido (Cf: CAPONE, 2000).

acolhida, em especial dos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional. (SCHWARCZ, 1993:14).

Nesse cenário contagiado por tais teorias a questão relativa à mistura das raças imperou. Discutiui-se largamente o quão comprometido estaria a nação em decorrência desse cruzamento, embora, é certo, não se pudesse negar a mestiçagem. Diante disso, os ‘intelectuais’ buscaram saídas criativas para um país de negros e mestiços, cujo futuro, renunciado por pensadores da época, seria catastrófico (Cf: SCHWARCZ, 1993).

Em virtude de tal prognóstico, procurou-se ressaltar que do contingente de escravos africanos trazidos para cá, vieram os povos considerados mais evoluídos, superiores aos demais, ou seja, a mistura era inegável, contudo, a África contribuiu com o que tinha de melhor.⁶

Tentou-se assegurar também na mistura a solução para elevar ‘raças inferiores’, visto que a ‘educação não poderia corrigir a suposta incapacidade das raças não brancas à civilização’. Propagava-se que o Brasil mestiço de hoje teria no branqueamento, em um século, sua perspectiva, saída e solução. (LACERDA, 1911 *apud* SCHWARCZ, 1993:11). O outro viés desse pensamento, todavia, estava na preocupação de que tal mistura étnica pudesse ser danosa às supostas ‘raças superiores’.

Em meios a calorosos debates, a mestiçagem tornou-se assunto determinante para se pensar o futuro do país, como esclarece Schwarcz (1993: 13-14):

Observado com cuidado pelos viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas americanos e europeus interessados na questão racial, temido por boa parte das elites locais, o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos desta nação.

Nesse panorama, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado na primeira metade do século XIX por D. Pedro, com propósitos de repensar a história brasileira

⁶ Sobre essa questão é oportuno mencionar que os primeiros estudos sobre a origem dos escravos africanos introduzidos no Brasil consideraram a predominância Banto. Dentre esses estudos, podem ser destacados os seguintes: MENDONÇA, Renato Firmino Maia de. *A Influência Africana no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933. SOARES, José Carlos de M. *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. RIBEIRO, João. *O Elemento Negro: História, Folklore, Lingüística*. Rio de Janeiro: Record, 1939. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1953. Posteriormente as pesquisas de Nina Rodrigues trouxeram novos elementos para os estudos sobre os africanos no Brasil, apontando uma superioridade numérica e intelectual dos sudaneses na população escrava da Bahia, conforme será destacado adiante.

e consolidar o estado nacional, merece ser mencionado. No concurso promovido por esse Instituto, a questão da mistura das raças foi evidenciada pelo projeto vencedor de Karl Von Martius (Cf.: VAINFAS, 1999), cuja idéia era correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham. A cada uma caberia um papel específico: ao branco o papel de elemento civilizador; ao índio deveria ser restituída sua dignidade original, para ajudá-lo a galgar os degraus da civilização; ao negro o espaço da detração, pois era visto como fator de impedimento do progresso da nação (SCHWARCZ, 1993:113).

Foi no contexto desses debates que as pesquisas de Nina Rodrigues (1896/1897; 1933) emergiram com a preocupação latente de ressaltar o predomínio de povos ‘mais propensos’ à ‘civilização’ no contingente de africanos trazidos para o Brasil.⁷ Disso, então, provém seu esforço para demonstrar a aristocracia ioruba presente no conjunto dos povos africanos introduzidos em terras brasileiras, ressaltando a elevação cultural desses povos em detrimentos de outros.

Essa tendência de hierarquizar as diferenças pode também ser observada na obra do pernambucano Gilberto Freyre. Trinta anos depois, Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, deu razão às idéias defendidas por Nina Rodrigues. Entretanto, sua análise fez comparação entre a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos, apontando que para cá teriam vindo africanos superiores aos levados àquele país.

Gilberto Freyre argumenta que a posição dos ‘historiadores do século XIX que limitaram a procedência dos escravos importados para o Brasil ao estoque banto’ deve ser retificada, pois para cá vieram escravos de ‘outras áreas de cultura africana em grosso número. Muitos de áreas superiores a banto’. A formação brasileira, diz esse autor, foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África. A verdade é, afirma Freyre, que ‘vieram para o Brasil, da área mais penetrada pelo Islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos’. (FREYRE, 1998: 299).

Ainda sobre Freyre deve-se destacar o caráter de fusão estabelecido entre mistura étnica e cultural evidenciado em sua obra, pois esse autor ‘ultrapassou o conceito de “raça”

⁷ Sobre os trabalhos de Nina Rodrigues conferir: *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* publicado em artigos da Revista Brasileira, entre 1896/1897 (tomos VI, VII e IX); e *Os Africanos no Brasil*. Essa obra de Nina Rodrigues data de 1906, mas seu falecimento precoce adia em quase 30 anos a divulgação desse importante trabalho. Somente em 1933 a obra foi publicada por Homero Pires.

até então em voga, ainda que não o tenha negado de todo, e adotou o de cultura' (VAINFAS, 1999:6).

Nesse ambiente de hierarquização, duas situações são bastante evidentes: Primeiro, a sociedade homogeneiza os indivíduos na categoria 'escravo', depois, estabelece critérios para distinguir os cativos de acordo com as funções desempenhadas por eles e, ainda, conforme a região de origem.

Essa perspectiva de observar os mancipios a partir de suas origens e das atividades exercidas por eles há muito está arraigada na sociedade brasileira. Antonil,⁸ por exemplo, mesmo reconhecendo 'os escravos como as mãos e os pés do senhor de engenho', alertava para a necessidade de ser criterioso na escolha, uma vez que se precisava deles, bons ou maus para o serviço, por isso, o cuidado de comparar as 'peças' porque...

(...) comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que os outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e de alguns de Moçambique (...). Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantemente industriais e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o moneio da casa (ANTONIL, 1997:89).

Entretanto, é importante repensar a dimensão desse critério de escolha, pois os plantéis não se reproduziam no mesmo ritmo das exigências do mercado que cada vez mais demandava por mão-de-obra para atender ao fluxo da produção, e as engrenagens do tráfico indicam que havia pouco ou nenhum espaço para a interferência dos senhores nas regiões fornecedoras de mão-de-obra servil para o Brasil, o que fragiliza bastante qualquer explicação sobre preferências por determinada 'etnia' ou 'nação' africana, propensa a esta ou àquela atividade. Dessa maneira, a construção de determinados quadros de valores referentes aos grupos africanos esteve submetida a conjunturas específicas do tráfico e, portanto, aos interesses do comércio escravista deste ou daquele setor (REGINALDO, 2005:149-150).

⁸ André João Antonil chegou ao Brasil no ano de 1681 na condição de visitador da Ordem da Companhia de Jesus. Aqui escreveu *Cultura e Opulência do Brasil no início do século XVIII*. Essa obra destaca seu espírito observador no detalhamento sobre as riquezas destas terras, um verdadeiro retrato da vida econômica do Brasil. (Nota da Autora).

Dessa forma, é mais provável que a predileção por esta ou aquela ‘etnia ou nação’ estivesse diretamente atrelada à oferta do mercado, ou seja, ao que estava disponível em determinados momentos, como pondera SCHWARTZ (1995:283):

Os senhores de engenho tinham suas preferências e preconceitos com relação a vários povos africanos, sentimentos esses que variaram ao longo do tempo e refletiram a moda e a disponibilidade. (...) Mas quando a necessidade aparentemente premia, compravam o que havia no mercado. Idade, saúde e sexo eram certamente determinantes mais importantes do preço de compra e da demanda por um cativo do que sua origem étnica.

Entretanto, ‘torna-se manifesto que a população escrava não era uma massa indistinta de trabalhadores, visto que uma série de hierarquias estruturava essa população’ Esses critérios demarcavam, de certo modo, os espaços ocupados pelos grupos, pois havia aqueles nascidos no âmbito da sociedade brasileira, os crioulos; africanos recém-chegados à colônia, conhecidos como boçais; e africanos mais ‘familiarizados’ com a terra, porque que estavam há mais tempo no Brasil, já falavam português, os chamados ladinos. ‘Essa hierarquia baseada na cor e no local de nascimento acompanhava àquela outra, baseada na ocupação, e com ela se cruzava’ (SCHWARTZ & LOCKHART, 2002:58).

De uma forma ou de outra, o africano era associado a escravo mesmo quando com essa denominação/condição coexistiam outras, pois aspectos relativos à origem, à cor, à ocupação e à condição jurídica muitas vezes estruturaram a sociedade brasileira e estiveram entranhados na mentalidade coletiva, tanto o é que a terminologia usada para descrever os indivíduos de ascendência africana é bastante ilustrativa da hostilidade em relação a negros e mulatos. O negro nunca deixava de ser “pretinho” ou “preto bruto”. O mulato despertava aversão devido à sua aparente arrogância e supostas pretensões, exemplifica Russell-Wood (2005:122).

Quando alguém mencionava, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, um africano, o mais provável é que estivesse a falar de um escravo, pois nessa condição amargava a maioria dos homens e mulheres, que vindos da África, aqui viviam. Mas podia também referir-se a um liberto, ou seja, a um ex-escravo. Ou a um emancipado, isto é negro retirado de um navio surpreendido no tráfico clandestino. Ou, o que era mais raro, a um homem livre que jamais sofrera o cativo (SILVA, 2003:157).

Diante do exposto, cumpre enfatizar que a sociedade escravista brasileira foi estruturada a partir de múltiplas hierarquias, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudanças (SCHWARTZ,

1995:209). E que o critério da diferenciação não somente definiu espaços entre pessoas juridicamente diferentes como escravo e senhor, mas também entre os próprios africanos e seus descendentes. Ao longo dos séculos de escravidão, algumas imagens foram se cristalizando, alguns estereótipos a respeito de determinados grupos tornaram-se tão marcantes que sobreviveram ao seu próprio tempo, e persistem ainda nos dias atuais (REGINALDO, 2005:150).

Sendo assim, adentrar nos cenários da escravidão do Brasil suscita, entre outras coisas, interessantes aspectos do cotidiano dos indivíduos, e de forma mais específica de escravos ou libertos, nos meandros dessa sociedade, em diferentes espaços e temporalidades. Significa observar que os critérios de origem, de raça, de etnia, de cor, de ocupação e de bens permearam as experiências desses sujeitos, além de evidenciar a desqualificação em torno daqueles que traziam as marcas de uma escravidão atual ou pretérita. Em última instância, significa ainda que tais marcas fundamentaram a hierarquização em torno das identidades escravas/africanas e também em torno das diferenças sociais consolidadas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed.; 1976.

ASSUNÇÃO, Matthias R. *Maranhão, Terra Mandinga*. *Boletim On-Line nº 20*. Comissão Maranhense de Folclore. Agosto, 2001.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo, 1939.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1935.

CAPONE, Stefania. *Entre Yoruba et Bantou. L'influence des Stéréotypes Raciaux dans les Études Afro-américaines*. *Cahiers d'études africaines*, 157, 2000. Disponível em: <<http://etudesafricaines.revues.org/document3.html>>.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CURTIN, Philip D. *Atlantic Slave Trade: A Census (the)*. Madison: Univ. Wisconsin Press, 1969.

- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34ª Edição. Editora Record: Rio de Janeiro -São Paulo, 1998.
- GOULART, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil – Das Origens à Extinção do Tráfico*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.
- HOLANDA, A. B. *Novo Dicionário. O dicionário da Língua Portuguesa. Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- KARASCH, Mary. Nações no Rio. In: *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. *Blown in the Wind. E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil*. Prerjeto História. PUC. Nº 12. Out. 1995, p. 43-56.
- MATTOSO, Kátia de Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Renato Firmino Maia de. *A Influência africana no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MUNANGA, K. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *Retrouver une identité: Jeux sociaux des Africains de Bahia: (vers 1750 — vers 1890)*. Tese de doutorado, Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1992
- _____. *Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos Africanos na Bahia*. Afro-Ásia, 19/20 (1997), 37-73.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. [1ª ed. 1942] São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAMOS, Artur. *As Culturas Negras do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades Negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, São Paulo: [s/n], 2005.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987.
- RIBEIRO, João. *O Elemento Negro: História, Folklore, Lingüística*. Rio de Janeiro: Record, 1939.
- RODRIGUES, Nina. *O Animismo fetichista dos Negros Baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- _____. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 5ª ed. 1977.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1953.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart. LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Alberto da C. *Um Rio Chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: Editora UFRJ, 2003.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil, 1500/1820*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, José Carlos de M. *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

SOARES, Mariza de C. *Devotos da Cor. Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro – Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista*. Tempo, 6. Volume 3 (1988), pp. 73-93.

_____. *Descobrendo a Guiné no Brasil colonial*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 161, nº 407, abr/jun 2000.

_____. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 26, Nº 2, 2004, pp. 303-330.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo, 1941.

VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, Miscigenação e Questão Racial: Notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Revista Tempo, 8. Volume 4. Dezembro 1999, pp. 1-12.